



1ª Reunião Extraordinária do CGS de 2019

Ao décimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e dezenove, no auditório da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, com início às 14 horas e trinta minutos, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária do Conselho das Unidades de Conservação da Sabiaguaba – CGS do ano de 2019, que teve como pautas: 1) Gestão do Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba - PNMDs. Edilene Oliveira, Coordenadora de Políticas Ambiental – CPA/SEUMA, deu as boas vindas a todos em seguida passou a palavra para o professor Jeovah Meireles, da Universidade Federal do Ceará – UFC, que primeiramente fez um histórico sobre o processo de retirada dos sedimentos de areia da calçada, ciclovia e pista de rolamento, os quais seriam destinados para uma Zona de Recuperação Ambiental localizado na antiga área de mineração, conforme o Plano de Manejo das Unidades de Conservação da Sabiaguaba o qual foi aprovado pelo conselho. Depois pontuou algumas das sugestões ações que o plano de manejo trás da o Parque Natural Municipal das Dunas da Sabiaguaba - PNMDs para melhorias da qualidade ambiental como educação, pesquisa científica, ecoturismo e trilhas ecológicas. Falou ainda que possui a clara percepção que o problema não é com as dunas e sim a com a Rodovia CE 010, que interceptou a dinâmica do campo de dunas mais complexo de Fortaleza, compreendendo dunas fixas, móveis e semifixas, associadas a uma variedade importante de sistemas ambientais que prestam serviços fundamentais ambientais, sociais e culturais a cidade de Fortaleza, resguardando o lençol freático, a dinâmica de paisagens únicas, além dos sítios arqueológicos, sendo uma importante fonte de pesquisas científicas. Falou ainda que, o Departamento Estadual de Rodovias – DER colocou a possibilidade de acontecer um acidente de trânsito caso a areia não fosse retirada. Diante disto pautou a importância de se discutir uma alternativa de nova estrada, uma nova estrutura que levem a proteção integral do campo de dunas para as atuais e futuras gerações. Em seguida, apresentou o Estudo Técnico Ambiental para retirada dos sedimentos de areias dunares da estrada, pontuando, primeiramente, que ao longo da rodovia possui placas com velocidades de 80 a 60 km/h, o que poderia possibilitar acidentes de trânsito, não havendo placas dizendo que deveria existir um controle de velocidade, uma vez que aquela região é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, por conta da dinâmica dos campos de dunas. Diante disso, sugeriu que a velocidade deveria ser abaixo de 40 Km/h, possibilitando a redução dos riscos de acidentes. Nesse sentido, falou que ocorreram várias denúncias de comunitárias, de integrantes do conselho sobre a necessidade do trecho da estrada que interfere na dinâmica das dunas ter de uma velocidade de rolamento com barreiras físicas para o controle da velocidade, além de placas informativas sobre o Parque. Com relação ao DER, falou que a falta de projeto executivo, que deveria ser exigência da gestão do Parque, e posterior avaliação do conselho para sua execução, evidenciaria posicionamentos do conselho e de demais pesquisadores, ONGs e comunidades tradicionais, um documento para o controle, fiscalização e monitoramento das ações do DER. Além disso, disse que a falta do projeto executivo também não levou em conta o escapamento provocado na duna, alterando a face de avalanche, promovendo uma contínua movimentação de massas de areia, escorregamentos, desmoronamentos de sedimentos, na face escapada pela pá mecânica e pelos tratores. O método utilizado interferiu bastante na topografia da duna a montante. Falou ainda que a fiscalização não autuou a atividade, mesmo sendo ultrapassado o limite permitido. E que toda retirada de areia foi feita no corpo dunar, denominada de face de avalanche. Disse que a retirada de areia deveria estar concentrada na base da duna, afastando os sedimentos de forma a manter a integridade morfológica do corpo dunar, porém, o que aconteceu foi a retirada de sedimentos da parede da duna. Ressaltou que o fato da duna avançar sobre a CE é devido ao trânsito de inúmeras pessoas,

Folha: de



que vão não só para visitar, como para praticar cultos religiosos. Falou ainda que não houve avaliação da atividade por parte do poder público, de forma que os impactos da atividade causaram profundas alterações topográficas, contínuo desmoronamento da face de avalanche, interferência no fluxo de sedimentos para o aquífero, entre outros impactos. Nesse sentido, falou da importância de parar definitivamente com a retirada da areia, dando assim a continuidade da proteção integral, sem as interferências já propostas, juntamente, discutidas pelo conselho, o qual não autorizou o embarramento das dunas com o propósito de fixá-las. Finalizada sua apresentação, mostrou fotografias da ação de retirada de areia realizada pelo DER. Em seguida, a palavra foi passada para Rafael Oliveira, técnico do DER, que iniciou sua fala dizendo que desde a construção da rodovia, há pedidos para intervenção por conta da migração natural do campo de dunas sobre a rodovia, levando assim a necessidade, do DER como gestor, de conservar a rodovia. Diante disto, foi solicitado o procedimento administrativo de autorização ambiental para retirada dos sedimentos da rodovia, na sua composição de pista de rolamento, ciclovia e calçada. A solicitação do pedido de anuência foi feita, juntamente a SEMACE, e posteriormente a SEUMA, dentro do qual não foi solicitada pelos órgãos estudos de impacto para a realização da atividade de retirada de areia. Falou ainda que o pedido foi para que fosse retirada areia da estrutura, dentro de uma poligonal determinada. Ressaltou que o DER se pautou em cima desses limites, e que se a atividade tivesse sido feita em etapas a duna não tivesse avançado tanto. Continuou dizendo que, dado a instabilidade de areia do local, houveram movimentos dos sedimentos, aparentando maior degradação, e ressaltou que os trabalhos foram realizados dentro da poligonal estabelecida, e autorizada. Finalizou dizendo que a atividade teve controle dos profissionais do DER fazendo relatórios de quantas carradas de areia estavam sendo processadas, tanto na retirada, quanto no local de deposição, e que esses relatórios, foram confrontados no fim de trabalho de cada dia, para que se comprove que não houveram desvios de caminhão, havendo assim o controle que os caminhões que estavam retirando areia iriam depositar os sedimentos na área de recuperação ambiental indicada pelo conselho. Em seguida, passou a palavra para Rozimar Maurício, AMAG, que a retirada de área tem trazido prejuízo para comunidade nativa da Sabiaguaba. Porém, falou que é impossível que se retire só a base, sem a areia venha a desmoronar. Falou ainda que foi dito em reunião, que a areia retirada não fosse para benefício de qualquer pessoa, porém foi encontrada 20 metros de areia dunar na localidade da Boca da Barra. Rozimar, AMAG, informou que os técnicos do DER negou que tenha sido areia retirada por eles, visto que era impossível a passagem do caminhão na localidade. Diante disso, perguntou porque a areia estava beneficiando terceiros? Em seguida, a palavra foi passada para Rafaela Mota, ALDEIA SUP, relatou uma situação em que estava ensinando uma criança, quando a mesma indagou sobre o que se construir uma estrada no pé de uma duna, mesmo sabendo que os sedimentos da mesma iam ser depositados na rodovia ao longo do tempo. Diante disto a mesma falou da importância de se construir uma cidade com mais planejamento, pensando no bem-estar no meio ambiente. Em seguida, a palavra foi passada para Aurélio da Silva, Morador da Sabiaguaba, que denunciou que parte da areia que foi retirada foi depositada em lugares diferentes do que foi acordado pelo conselho, e enfatizou a falta de fiscalização da AGEFIS durante a atividade. Além disso, falou da importância do embargo de obras irregulares nas unidades de conservação da Sabiaguaba, enquanto ainda se está construindo, para que se dificulte as ocupações irregulares. Em seguida, falou da necessidade de se reduzir o teor da velocidade da rodovia, em pontos onde há constante trânsito de pessoas. Finalizou, falando da necessidade da colocação de placas informativas nas Unidades de Conservação da Sabiaguaba e do constatar tráfego irregular de veículos nas dunas da Sabiaguaba, diante disto, solicitou que a AGEFIS realize, e enfatize suas fiscalizações nos finais de semana onde essa atividade é intensa. Logo após a palavra foi passada para Daniel Paiva,

Folha: de



procurador jurídico DETRAN, que respondeu solicitando que seja encaminhado ofício ao DETRAN solicitando as placas de sinalização e a reavaliação dos limites de velocidade. Diante disto, será encaminhada uma equipe que fará uma avaliação para decidir qual melhor será o teor do limite de velocidade no local. Falou que a competência do DETAN, bem como da Polícia Rodoviária Estadual, é de trânsito, não podendo assim realizar fiscalização em dunas. Em seguida, a palavra foi passada para, Rafael Oliveira, técnico do DER, o qual falou que com relação a redução de velocidade, no dia 21 de dezembro 2018 a velocidade da rodovia, no trecho que passa em frente a duna, a velocidade foi reduzida para 60km/h, e caso haja necessidade de se reduzir mais, a situação será conversada com o DETRAN. O que tange a retirada de areia, ratificou que foram feitos relatórios com o controle da quantidade de areia que era retirada e depositada no local indicado pelo conselho. Falou ainda, que os serviços foram realizados somente durante o dia, iniciando a partir das 07 da manhã, com pausa para o almoço, os serviços sendo finalizados às 17 horas. E que o DER irá verificar se realmente houve esses desvios de carradas de areias, para que sejam tomadas as devidas providências. Em seguida, a palavra foi passada para Daniele, Moradora da Sabiaguaba, que relatou sobre a retirada brusca de areia do corpo dunar, causando seu desgaste, e da preocupação que se estava tendo de que pessoas sofressem acidente naquele local. Finalizadas as falas, Natália Nogueira SEUMA, agradeceu a presença e todos e deu por encerrada a reunião. Estiveram presentes 13 representantes, sendo estes:

Instituição		Representante
1	SEUMA	Maria Edilene S. Oliveira
2	SR VI	Rosana Priscila Ribeiro
3	SR VI	José Ugo Brasiliense
4	SETFOR	Noslina Nobre Rabelo
5	SETFOR	Francisco Adelmo de Carvalho
6	SEPOG	Maria Christina Machado Públio
7	SEMA	Paulo Lira
8	PGM	Antônio Osmidio T. Alencar
9	AMAG	Rozimar Maurício de Sousa
10	VERDELUZ	Sarah Lorrany da Cunha Lima
11	UFC	Antônio Jeovah Meireles
12	UECE	Maria Goretti Araújo de Lima
13	IAB	Raphael Pires de Souza

A reunião contou ainda com alguns participantes:

Instituição		Representante
1	SEUMA	Natália Nogueira Rocha
2	DER	Marcelo Luiz dos S. Guimarães
3	DER	Lucia Gadelha
4	DER	Rafael Fialho de Oliveira
5	DER	Osci Pinheiro
6	AGEFIS	Rogério Torres



7	AMIGOS DAS DUNAS DE SABIAGUABA	Clenilson Silva
8	AMIGOS DAS DUNAS DE SABIAGUABA	Mateus Lucas
9	IPHAN	Luci Danielli
10	RUA	Nicolas Gonçalves
11	AGEFIS	Thais Holanda
12	AGEFIS	Niara Gurgel Bezerra
13	DER	Adriana Cerqueira
14	DETRAN	Daniel Paiva
15	ALDEIA SUP	Rhafaella M. Bahia Mota
16	ALDEIA SUP	Daniela Bonjim
17	SABIAGUABA	Daniel Bonjim
18	AMIGOS DAS DUNAS	Clenilson Silva
19	AMIGOS DAS DUNAS	Aurélio
20	BPMA/PM	Paulo Leonardo S. Moreira

Das instituições representantes do CGS que não compareceram, nenhuma apresentou justificativa.

Fortaleza, 26 de março de 2019.

Natália Nogueira Rocha
Secretária Executiva do CGS